



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

2015

IMPSL – PREVLADÁRIO
Dezembro/2014



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	03
1. OBJETIVOS	04
2. CENÁRIO ECONÔMICO	04
2.1. INTERNO	04
3.1.1. Bolsa	06
3.1.2. Juros	06
3.1.3. Inflação	07
3.1.4. PIB	08
3.2. EXTERNO	08
3.2.1. Estados Unidos	08
3.2.2. Europa	08
3.2.3. Ásia	09
4. CENÁRIO PARA 2015	09
5. CONTROLES INTERNOS	12
6. META	13
7. MODELO DE GESTÃO	13
8. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	14
9. LIMITES LEGAIS	14
9.1. Segmento de Renda Fixa	14
9.2. Segmento de Renda Variável	15
10. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO PREVLADÁRIO	16
11. RISCOS	17
12. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	17
13. DISPOSIÇÕES GERAIS	17
14. ANEXO I – FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO	20



INSTITUTO MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE LADÁRIO - PREVLADÁRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ: 19.491.264/0001-13, sediado à Rua Corumbá, nº. 500 - Centro – Ladário/MS, CEP: 79.370-000.

1. INTRODUÇÃO

O PREVLADÁRIO e seu Comitê de Investimentos, em atenção à legislação e as normas pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social, em especial a Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social, e a Resolução CMN n.º 3.922 de 25 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil, apresenta um plano que regulamenta as diretrizes de procedimentos e limites estabelecidos para aplicação dos recursos financeiros administrados pelo PREVLADÁRIO, selecionados de acordo com a Resolução do BACEN, intitulado Política de Investimentos para o exercício de 2015, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Previdência Municipal – CAPREV.

A Política de Investimentos para o exercício de 2015 é um instrumento que estabelece as normas e procedimentos a serem executados, com intuito de garantir uma gestão de recursos eficaz, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e passivos.

Considerando um processo legal que justifica e direciona os procedimentos de tomada de decisão referente aos Investimentos da PREVLADÁRIO, utilizado como instrumento útil na administração dos recursos alocados.

As duas medidas que padronizam, fundamentam e delimitam esta Política são as que estão determinadas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, considerando, também o relatório do cálculo atuarial efetuado no exercício de 2014 e o que será realizado até 30 de março de 2015, observando as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivos).

2. OBJETIVOS

A Política de Investimentos direciona as tomadas de decisões com relação aos produtos de investimentos, nos quais o PREVLADÁRIO irá aplicar os seus recursos, visando atingir a meta atuarial definida, preconizada na segurança,



rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos produtos ofertados especialmente para os RPPS, bem como, das Instituições Financeiras envolvidas na distribuição, gestão, administração e custodiante.

A Política Anual de Investimentos tende a ser um delimitador dos objetivos do PREVLADÁRIO em relação à gestão dos seus ativos, para que o gestor dos recursos tenha uma melhor definição das diretrizes básicas necessárias para administrar e adequar a Carteira de Investimentos do PREVLADÁRIO no exercício de 2015.

Zelando pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos.

Sendo o cenário financeiro muito volátil e imprevisível, o objetivo principal da gestão de recursos, será a flexibilidade das ações de investimentos e desinvestimentos, buscando zerar ou minimizar perdas de recursos.

Para alcançar uma boa rentabilidade e obter uma maior segurança, na Carteira de Investimentos do PRELADÁRIO, usaremos a estratégia de diversificação de produtos e de Instituição Financeira.

3. CENÁRIO ECONÔMICO

3.1. INTERNO

A Presidente do Brasil anunciou o nome do futuro Ministro da Fazenda, o Sr. Joaquim Levy, que até então, chefiava o Bradesco Asset Management, o braço de investimentos do banco, que já teve várias passagens pelo governo federal.

Em novembro a equipe econômica do Ministério da Fazenda, junto com o Banco Central reduziu de 0,9% para 0,5% a previsão oficial de crescimento da economia brasileira para este ano, número constante no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com estimativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para 2014, aumentando de 6,2% para 6,45%, próximo do teto da meta de 6,5%.

Apesar da redução na estimativa de crescimento, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) está mais



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



otimista que as previsões do mercado. Segundo a última edição do boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras, divulgada pelo Banco Central, os analistas projetam crescimento de apenas 0,21% para o PIB brasileiro neste ano.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu a sua projeção de crescimento econômico do Brasil neste ano, ao mesmo tempo em que elevou a expectativa de inflação em meio à menor confiança dos agentes econômicos. Em seu relatório "Perspectiva Econômica Global", o FMI estimou que o Produto Interno Bruto (PIB) do país vai crescer apenas 0,3% em 2014 - na projeção anterior, a expansão esperada era de 1,3%.

"A fraca competitividade, baixa confiança empresarial e condições financeiras mais apertadas... restringiram o investimento, e a moderação contínua no emprego e no crescimento do crédito têm pesado sobre o consumo", destacou o FMI em nota.

A revisão dos dados aconteceu depois que o Brasil entrou em recessão no primeiro semestre, com forte retração nos investimentos e na produção da indústria, aliado ao cenário eleitoral conturbado da eleição presidencial.

As projeções do órgão internacional são um pouco mais otimistas do que as de analistas do Banco Central, que prevêem uma expansão de 0,24% do PIB.

Os analistas do setor privado continuam duvidando amplamente de qualquer melhora significativa das condições de funcionamento da economia nacional. Segundo essa avaliação, o País continuará operando com baixa produtividade e, portanto, com reduzido potencial de crescimento.

Em abril deste ano, a agência S&P rebaixou o rating da dívida de longo prazo em moeda estrangeira de BBB para BBB-. Segundo o economista, para a agência, esse rebaixamento foi fruto da condução da política fiscal (com a chamada "contabilidade criativa"); expectativa de baixo crescimento nos próximos anos; dificuldade de cumprimento da meta primária de 2014; e piora das contas externas. Ou seja, diante da deterioração das contas fiscais, baixa credibilidade da política econômica, dificuldade que o governo terá para melhorar os números neste ano, por ser ano eleitoral, e diante do baixo crescimento da economia, a agência tomou essa atitude.

O resultado do ano ainda poderá mudar, uma vez que o governo busca autorização do Congresso Nacional para fechar as contas, inclusive, no vermelho. Além disso, os desempenhos da arrecadação nos meses de novembro e dezembro ditarão o número final de 2014.

Há importantes frustrações de receita, como no caso dos royalties de petróleo e da Previdência Social. No primeiro caso, por exemplo, o governo estimou arrecadar R\$ 47,98 bilhões, mas até setembro só tinham entrado nos cofres do



Tesouro R\$ 29,7 bilhões, refletindo também a queda no preço internacional do barril de petróleo. Assim, o resultado fiscal de 2014 só será conhecido em janeiro de 2015.

As estatais também devem registrar um resultado pior do que o esperado pelo governo. De acordo com os últimos dados do BC, relativos a setembro, as empresas federais registram um déficit de R\$ 1,1 bilhão entre janeiro e setembro desse ano. Já os governos estaduais e municipais têm superávit de R\$ 6 bilhões de janeiro a setembro, mas reclamam de atrasos nos repasses de R\$ 2,5 bilhões da União, o que terá impacto negativo no resultado desse ano.

A meta fixada para este ano era de um superávit de R\$ 116 bilhões. Desse valor, o Tesouro havia se comprometido a abater R\$ 35,3 bilhões, o que obrigaria a uma economia de R\$ 80,7 bilhões. O último resultado anunciado pelo BC, no entanto, é um déficit primário de R\$ 19,4 bilhões do governo central.

A equipe do ministro da Fazenda, Guido Mantega, vem trabalhando em medidas para reduzir gastos. Há consenso entre os técnicos da área econômica que não será possível fazer nenhum ajuste sem aumento de impostos. O governo discutiu o assunto no primeiro semestre desse ano, quando a expectativa de queda das receitas já era parte do cenário. O assunto não foi adiante por causa das eleições.

3.1.1. Bolsa

Em setembro, o Ibovespa apresentou expressiva queda de 11,70%, devolvendo assim boa parte da alta acumulada nos três últimos meses. Sem dúvida, as pesquisas eleitorais foram as maiores responsáveis por tal desempenho. Isso porque ao longo do mês observou-se significativa mudança na trajetória eleitoral.

O Ibovespa recuou forte até perto dos 50.000 pontos na véspera da eleição, mas hoje, em 24 de novembro de 2014, está em torno 56.000 pontos.

3.1.2. Juros

O COPOM nos surpreendeu com o aumento na taxa Selic de 0,25pp, levando a taxa de juros para 11,25%, esse movimento surpreendeu pois o mercado não estava com expectativa otimista quanto a isso.

No comunicado, foi dito que o aumento da taxa de juros se deu principalmente pela contínua elevação dos preços - inflação - e pelo aumento gradativo da perca de valor do Real perante ao Dólar. A votação ocorreu em 5 votos a favor e 3 contra.



Existe uma previsão de subir mais 0,25, fechando o ano em 11,50%.

3.1.3. Inflação

Apesar de a economia brasileira estar praticamente estagnada, mas com inflação ainda resistente, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central acelerou o ritmo de alta e subiu a taxa básica de juros da economia em 0,5 ponto percentual no dia 03 de dezembro de 2014, de 11,25% para 11,75% ao ano.

A intensificação do aumento dos juros já era esperada por grande parte dos economistas do mercado financeiro, embora, na semana passada, pesquisa conduzida pelo Banco Central com mais de 100 bancos tenha indicado uma elevação menor, para 11,50% ao ano. Nos últimos dias, porém, os juros futuros, que mostram as apostas das instituições financeiras, já apontavam para uma alta mais intensa da taxa básica da economia brasileira.

Os analistas do mercado financeiro reajustaram para cima a expectativa de inflação neste ano e para baixo o crescimento da economia brasileira.

Segundo o boletim Focus, feito a partir de entrevistas com cerca de cem especialistas de instituições financeiras privadas e divulgado semanalmente pelo Banco Central, a inflação oficial, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), deve fechar ano em 6,43%.

Foi à segunda semana de aumento da previsão. Para o próximo ano, também houve reajuste para mais, e a projeção da inflação ficou em 6,45%, próximo do teto da meta do governo, que é de 6,5%.

3.1.4. PIB

A economia brasileira saiu da recessão técnica no terceiro trimestre de 2014. De julho a setembro, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,1% na comparação com o trimestre anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A chamada recessão técnica acontece quando o PIB tem dois trimestres seguidos de queda. No primeiro e no segundo trimestres deste ano, houve quedas de 0,2% e 0,6%, respectivamente.

O governo federal reviu novamente para baixo sua estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Segundo o relatório de receitas e despesas do orçamento do quinto bimestre, divulgado em 21 de novembro de



2014, pelo Ministério do Planejamento, a previsão de crescimento da economia caiu de 0,9% para 0,5%.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, e serve para medir a evolução da economia. Em 2013, a economia cresceu 2,5%.

Se a alta de 0,9% for confirmada para todo este ano, será o pior resultado desde 2009 - quando foi registrada uma contração de 0,33% no PIB brasileiro. Naquele momento, a economia brasileira sentia mais fortemente os efeitos da crise financeira internacional.

Mesmo com a queda na previsão do governo, ela ainda está bem acima do que acredita do mercado financeiro. Segundo pesquisa conduzida pelo Banco Central na semana passada com mais de 100 instituições financeiras, a previsão dos analistas dos bancos para o PIB de 2014 está em apenas 0,21% de alta.

Para o BC, a economia deverá crescer 0,7% em 2014, mas este valor também poderá ser revisto para baixo no fim do ano, quando será o relatório de inflação do quarto bimestre.

A estimativa inicial era de uma alta de 4,5%, em abril do ano passado, quando divulgou a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, o governo previu, oficialmente, um crescimento de 4,5% para o PIB deste ano.

Na proposta de orçamento deste ano, enviada pelo Executivo ao Congresso em agosto de 2013, a previsão de alta já havia caído para 4% de alta. O Congresso Nacional, por sua vez, revisou a estimativa de crescimento de 2014 para 3,8%.

Em fevereiro deste ano, quando foi anunciado o corte de R\$ 44 bilhões no orçamento, a previsão do governo para a expansão do PIB em 2014 caiu para 2,5% e, em julho, recuou novamente, desta vez para 1,8%. Em setembro, a taxa foi novamente revista para 0,9% de alta e, agora, para 0,4%.

3.2. CENÁRIO EXTERNO

3.2.1. Estados Unidos

A economia americana cresceu mais do que o previsto no terceiro trimestre, confirmando a reativação iniciada no segundo trimestre, com um crescimento que a separa da estagnada zona do euro e do Japão.

De acordo com a segunda estimativa do Departamento de Comércio, publicada nesta terça-feira, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu 3,9% em termos anuais no período julho-setembro, uma revisão de 0,4% para



cima com relação à primeira estimativa, que o situava em 3,5%. Os analistas esperavam uma revisão para baixo, a 3,2%.

"Depois da crise financeira, a economia americana cresceu em um ritmo mais forte do que a maior parte das demais economias do mundo, e esses dados demonstram que os Estados Unidos continuam liderando a recuperação mundial", afirmou em um comunicado o presidente do Círculo de conselheiros econômicos da Casa Branca, Jason Furman.

3.2.2. Europa

Os indicadores econômicos das principais economias da Europa vieram mais uma vez abaixo do esperado. Segundo os economistas, os resultados indicam que as regiões perderam impulso de crescimento, chegando mais perto da estagnação. Após 14 meses o índice de atividade industrial da Alemanha registrou uma queda do setor. O Banco Central Europeu anunciou que está pronto para utilizar medidas adicionais de estímulos, caso necessário, para combater os riscos de baixa inflação por um longo período.

3.2.3. Ásia

No gigante asiático as incertezas se elevaram, uma vez que os dados econômicos da produção industrial chinesa seguiram trajetória de acomodação.

Os bancos chineses devem continuar enfrentando um aumento no nível de inadimplência em 2015, com maior probabilidade desta alta chegar ao seu pico no segundo semestre do ano, segundo palavras do banco estatal Orient em relatório.

Segundo o comunicado, o mercado imobiliário será a maior fonte de inadimplência no ano que vem, uma vez que as construtoras lutam contra a queda de preços e o crédito mais restrito. "Se os preços das casas caem em torno de 30%, eles irão exceder a capacidade dos bancos de suportar os prejuízos", afirmou o Orient.

A economia da China, que há alguns crescia a ritmo de dois dígitos, avançou 7,3% no terceiro trimestre ante igual período do ano passado, desempenho mais lento em comparação com os 7,5% anotados no segundo trimestre e dos 7,7% em 2013. "O aumento da inadimplência no setor bancário vai continuar por quatro a seis trimestres e pode atingir seu maior nível no meio ou no final de 2015", disse o banco estatal.

A economia do Japão encolheu 0,4% no terceiro trimestre deste ano. Foi à segunda queda seguida, o que caracteriza tecnicamente uma recessão, no país.



4. CENÁRIO PARA 2015

O governo reduziu, de 3% para 2%, a estimativa de crescimento para 2015, e aumentou de 5% para 6,1% a previsão de IPCA para o próximo ano. Os valores constam de mensagem enviada ao Congresso Nacional. Os números vão orientar a elaboração do Orçamento Geral da União para o próximo ano, atualmente em tramitação na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. As estimativas também estão mais otimistas que as das instituições financeiras, que acreditam em crescimento de 0,8% e inflação de 6,4% no ano que vem.

Para o FMI a expansão do PIB da economia Brasileira em 2015 será de 1%.

Para alguns economistas existe uma grande possibilidade de uma crise econômica em 2015, afirmado que os sinais da crise estão por todos os lados, e que para chegarmos a esta afirmação não precisamos ler relatórios de consultorias especializadas, basta apenas fazer compras mensais em qualquer supermercado.

Uma previsão sombria de alguns especialistas, é que existe uma tendência da retomada da inflação em um ritmo acelerado, principalmente no primeiro semestre. A inflação já está ai há muito tempo e vem sendo tratada como um efeito suave.

Os preços básicos da economia precisaram ser aumentados, como luz e combustíveis precisarão sofrer um reajuste monstruoso para compensar os reajustes que não foram dados para conter de forma artificial os índices inflacionários atuais. É o "tarifaço" que vem sendo comentado e dado como certo por analistas econômicos.

O resultado disso será um gigantesco salto na inflação com todas as consequências nefastas que isso pode trazer, como perda real do poder aquisitivo dos salários, e sérios problemas para a cadeia produtiva nacional. A atual situação econômica do Brasil dá nítidos sinais de que este é o cenário mais provável para 2015.

A crise econômica provocará inevitavelmente um forte ajuste na cotação do Dólar e outras moedas fortes como o Euro (o que já está acontecendo no final de 2014).

Com a instabilidade na economia, o risco de inadimplência cresce e isso faz com que imediatamente os bancos aumentem a rigidez das suas condições para concessão de crédito. O resultado será um cenário muito mais difícil para se obter financiamento nas instituições privadas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO



Como os bancos públicos estarão na mesma situação, e até mesmo, por imposições regulatórias, também não terão como evitar a redução de crédito, fazendo assim com que a obtenção de empréstimos se transforme em um desafio a mais para as empresas neste momento de crise.

Talvez seja o momento de retardar alguns investimentos, adiar decisões estratégicas que envolvam expansão de negócios onerosas e esperar para que se tenha uma visão melhor do que está para vir por ai. É certo que o Brasil não vai parar, mas certamente observaremos uma redução do nível de atividade econômica maior ainda do que a que já estamos sentindo nos últimos meses.

O Brasil tem todas as chances de dar a volta por cima. Só precisa de lideranças políticas que tenham vocação para mudar a forma de pensar. Um novo modelo passa pela simplificação fiscal, pela contenção dos gastos correntes e pela capitalização popular.

A agência de classificação de riscos Fitch afirmou em 27 de outubro de 2014, que a reeleição da presidente Dilma Rousseff não muda a projeção de condições difíceis para empresas brasileiras em 2015. "Os problemas sistêmicos, como a inflação e um sistema fiscal excessivamente complexo e ineficiente, vão continuar a prejudicar os fluxos de caixa das empresas", disse a agência. A demanda doméstica deve permanecer fraca à medida que a confiança das empresas e dos consumidores não deve se recuperar de forma significativa.

"Esses desafios, além do enfraquecimento dos preços das commodities, deverá conduzir ao aumento da alavancagem das empresas e um viés em direção a ações negativas de rating durante 2015".

Para a Fitch, investimentos que possam eliminar gargalos de logística serão cruciais para acelerar o crescimento econômico. A agência afirmou que sinais claros de um nível reduzido de envolvimento estatal no setor privado durante o segundo mandato de Dilma devem ser importantes para melhorar a confiança das empresas e retomar os investimentos.

"Progresso contínuo em atrair capital privado para grandes projetos de infraestrutura será um componente crucial para restaurar a qualidade de crédito de empresas brasileiras para além de 2015".

O modelo econômico impulsionado pelo crédito, visado pelo atual governo, está perdendo força, disse a agência, ao ressaltar as dívidas das famílias. A Fitch também afirmou que o real provavelmente não vai se enfraquecer o suficiente em 2015 para melhorar a rentabilidade dos exportadores e agir como uma barreira de importação em setores desprotegidos. "Os exportadores perderam competitividade contra seus pares globais durante a última década, devido à alta inflação que elevou os custos".



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



Fluxos de caixa das empresas não deverão se expandir substancialmente devido ao crescimento lento das receitas, afirmou a agência. Por isso, reduzir investimento operacional e controlar custos será iniciativas corporativas importantes na ausência de receitas crescentes.

O controle de custos será crucial para evitar rebaixamentos de rating em 2015, uma vez que a inflação deverá se manter acima de 6% e desemprego deverá ficar em 5%, o que resulta em um mercado de trabalho restrito, afirmou.

A inflação brasileira não vai ceder em 2015, em meio ao cenário de um novo ciclo de aperto monetário começando um pouco mais tarde e atividade econômica cada vez mais deteriorada.

O quadro foi desenhado na pesquisa Focus do Banco Central, que ouve semanalmente economistas de instituições financeiras. Para o IPCA, a mediana das projeções recuou pela quarta vez seguida, com alta de 6,26 por cento neste ano, contra 6,39 por cento. Em 2015, as contas mostram que o indicador ficará praticamente igual, com alta de 6,25 por cento, apenas 0,01 ponto percentual acima da projeção anterior.

Grande parte dos empresários e economistas tem chegado a uma conclusão comum: 2015 não será um bom ano para a economia brasileira. Os motivos são muitos e todos estão ligados aos equívocos cometidos pelo governo federal, resultados da "nova matriz econômica", como ficou conhecida a política econômica adotada pela presidente Dilma Rousseff (PT), em 2011. Devido a isso, o próximo governo precisará fazer fortes reajustes para que o Brasil não sofra com uma grande crise.

Os sinais são de dois tipos: profissional, por parte de investidores, economistas, empresários, etc.; e populacional, visto que quem sente os efeitos mais severos do mau momento econômico é o povo. O consumo das famílias vive um momento de desaceleração, tanto pelo fim dos programas de incentivo ao consumo quanto pela menor oferta de crédito. Provém daí parte da insatisfação que gera os protestos iniciados no ano passado e endossados pelo início da Copa do Mundo. Isso acontece porque temos uma população até então acostumada a deter o poder de consumo que fazia girar a economia do país. O governo criou essa prerrogativa e reside aí uma parte dos equívocos dessa "nova matriz econômica".

O cenário geral apresentado acima é, sem sombras de dúvidas, preocupante. Sobretudo quando colocamos em análise um dos principais problemas no Brasil atualmente: a inflação. Marcel Grillo Balassiano, economista do setor de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, lembra que a inflação fechou 2013 em 5,9%, bem acima da meta de inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional de 4,5% e acima também da "meta informal" do Banco Central (BC), que foi de 5,84%. Em maio, a inflação (em 12 meses) foi



de 6,4%, e, segundo o último relatório Focus, deve encerrar o ano em 6,5%, no topo do intervalo de tolerância.

A inflação brasileira é dividida em preços livres e administrados. Livres são aqueles regulados pelo próprio mercado, como os ligados aos produtos de alimentação, por exemplo. Estes têm um peso próximo de 75% no PIB. Já os preços administrados, como gasolina, energia, água e esgoto, transporte público, etc., têm peso próximo de 25%. Esse peso de preços administrados é grande, segundo vários economistas, especialmente quando o governo exerce tanto controle sobre determinados produtos

O governo Dilma resultou num crescimento baixo, inflação alta, déficit em transações correntes e numa política fiscal associada a 'contabilidade criativa'.

Em 2015, o governo terá que fazer um forte ajuste para o país ter condições de aumentar a taxas de investimentos, melhorando o crescimento, com a inflação próxima a meta, aliada a uma boa política fiscal.

5. CONTROLES INTERNOS

São elaborados pelos responsáveis pela gestão de recursos do PREVLADÁRIO, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação.

Esse relatório deverá ser elaborado trimestralmente por uma empresa de consultoria contratada e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Caberá ao Comitê de Investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

6. META

Os recursos financeiros administrados pela PREVLADÁRIO deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6,0% a.a., observando-se



sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento, respeitando as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

7. MODELO DE GESTÃO

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão, própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos da Fundação será própria.

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do PREVLADÁRIO e do Comitê de Investimentos, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência, que para tanto irá gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Cadastramento da Instituição Financeira junto ao PREVLADÁRIO.

O PREVLADÁRIO tem ainda a possibilidade de contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.

Com base na determinação no Artigo 3º-A da Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, que altera a Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, foi instituído o Comitê de Investimentos do RPPS de Ladário, com sua maioria com CPA-10, tendo participação do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias do Poder Executivo, Poder Legislativos e das suas autarquias e fundações públicas, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do PREVLADÁRIO.

8. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

A gestão do PREVLADÁRIO sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar os produtos com rentabilidade insatisfatória, e as possibilidades de adequações na Carteira.



As aplicações realizadas pelo PREVLADÁRIO passarão por um processo de análise rigorosa, utilizando as ferramentas disponíveis no mercado, como: histórico da Instituição Financeira, histórico das rentabilidades dos últimos 24 meses, histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, PL, comparativos das compras e vendas de cotas realizadas a longo, médio e curto prazo, composição da carteira, informações do administrador, gestor, custodiante e distribuidor e pesquisa no site da CVM.

O regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos deverão ser analisados metodicamente, com ressalva prioritária a taxa de administração aplicada.

9. LIMITES LEGAIS

Delimitações da Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

9.1. Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos do PREVLADÁRIO, em ativos de renda fixa deverão ser efetuadas, por meio das seguintes alternativas: carteira própria, fundos de investimentos ou caderneta de poupança.

As aplicações deverão seguir os seguintes limites:

Renda Fixa	Limite de alocação do total dos recursos do PREVLADÁRIO	Limite de alocação por fundo de investimento
Títulos Tesouro Nacional (Selic) – Art. 7º I, "a"	100%	-
FI 100% TÍTULOS tn – Art. 7º I, "b"	100%	-
Operações Compromissadas TPF – Art. 7º, II	15%	-
FI Renda Fixa / Referenciados RF – Art. 7º, III	80%	20%
FI Renda Fixa – Art. 7º, IV	30%	20%
Poupança – Art. 7º, V	20%	-
FI em Direitos Creditórios – Aberto – Art. 7º, VII, "a"	15%	15%



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO



FI em Direitos Creditórios – Fechado – Art. 7º, VII, "a"		5%	-
---	--	----	---

9.2. Segmento de Renda Variável

Renda Variável	Limite de alocação do total dos recursos do PREVLADÁRIO	Limite de alocação por fundo de investimento
FI Ações Referenciado – Art. 8º, I	30%	20%
FI de Índices Referenciados em Ações – Art. 8º, II	20%	-
FI em Ações – Art. 8º, III	15%	-
FI Multimercado – aberto – Art. 8º, IV	5%	-
FI em Participações – Fechado – Art. 8º, V	5%	-
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa – Art. 8º, VI	5%	-

10. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PREVLADÁRIO

Modalidade Percentual de Aplicação para 2014			
<i>Segmento de aplicação</i>	<i>Limite / CMN Res. 3.922/10</i>	<i>Mínimo (%) PREVLADÁRIO</i>	<i>Máximo (%) PREVLADÁRIO</i>
Renda Fixa	100%	70%	100%
Títulos do Tesouro Nacional – SELIC	100%	0%	0%
FI 100% Títulos do TN	100%	70%	100%
Operações Compromissadas com Títulos do TN	15%	0%	5%
FI Renda Fixa Referenciados em RF	80%	0%	40%
FI de Renda Fixa	30%	0%	10%



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO



Poupança	20%	0%	20%
FI em Direitos Creditórios - Aberto	15%	0%	3%
FI em Direitos Creditórios – Fechado	5%	0%	2%
FI Renda Fixa "Crédito Privado"	5%	0%	5%
Renda Variável	30%	0%	30%
FI Referenciados	30%	0%	10%
FI de Índices Referenciados em Ações	20%	0%	10%
FI em Ações	15%	0%	15%
FI Multimercado - Aberto	5%	0%	3%
FI em Participações - Fechado	5%	0%	1%
FI Imobiliário	5%	0%	2%
T O T A L			226%

11. RISCOS

Qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

Risco de Mercado – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;



Risco de Liquidez - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

12. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução 3922/10, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site da Prefeitura de Ladário, no link a ser criado, chamado, PREVLADÁRIO, ou em local de fácil acesso e visualização.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho de Administração da Previdência Municipal - CAPREV, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2014.

Sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos, o Gestor de recursos do PREVLADÁRIO deverá submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Previdência Social – CAPREV.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o PREVLADÁRIO poderão a título institucional, dar apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do PREVLADÁRIO, bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do PREVLADÁRIO, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

A implantação do Comitê de Investimentos é facultativa para o PREVLADÁRIO, por não ter ainda o montante de recursos estipulado no Art. 6º da Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, que é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões), mas a



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



Portaria nº 440, de 09 de outubro de 2013, em especial pela inclusão do § 5º do Art. 6º, determinando que a partir de 01 de janeiro de 2015, essa certificação será exigida de todos os entes federativos instituidores de RPPS e que detenham quaisquer valores sob sua gestão.

O Comitê de Investimentos do PREVLADÁRIO foi instituído em 2014, e em outubro de 2014 a maioria de seus Membros tem o CPA-10.

É parte integrante desta Política de Investimentos cópia da Ata do órgão superior competente, que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

O mercado financeiro é instável, e a rentabilidade esperada poderá ser diferente da realizada, em frente à volatilidade da maioria dos índices praticados no mercado financeiro, advindo do cenário financeiro brasileiro atrelado ao cenário internacional.

A incerteza poderá resultar em períodos adversos no mercado, que poderá afetar a Carteira como um todo, ou e especial uma parte dela, exigindo um tempo maior para ajustar e recuperar os prejuízos temporais.

Considerando o cenário de 2014 e as incertezas para 2015, não tem o porquê o gestor de recursos do PREVLADÁRIO, juntamente com Comitê de Investimentos dificultarem o processo de diversificação de portfólio, a diversificação, aumenta a possibilidade de um retorno melhor, portanto para alcançar uma boa rentabilidade e obter uma maior segurança, na Carteira de Investimentos do PREVLADÁRIO, usaremos a estratégia de diversificação de produtos e de Instituição Financeira.

A única certeza que fica explícita é que a busca pela meta atuarial no atual cenário torna-se muito difícil ser alcançada em 2015, o que vai exigir do gestor de recursos do PREVLADÁRIO um trabalho mais árduo na administração do patrimônio garantidor dos benefícios contratados.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3922/10.

Ladário, 04 de dezembro de 2014.



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



Maria Angelica Barros Gonçalves
Diretora-Presidente do IMPSL-PREVLADÁRIO
CPF N° 691.447.707-82
CPA-10 ANBIMA

Roberto Guimarães
Diretor de Finanças e Adm. Do PREVLADÁRIO
CPF n° 140.690.161-04

Lucenir de Arruda
Presidente do CAPREV
CPA-10 ANBIMA

Aprovada pelo CAPREV na reunião realizada em 04/12/2014, Ata n° 011/14.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO



ANEXO I

FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO
(novas Instituições e atualização das que já são credenciadas)

Instituição Financeira		
CNPJ		
Tem registro ou autorização do Banco Central do Brasil?	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Tem registro ou autorização da CVM?	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Tem registro ou autorização em outro órgão competente?	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não
Qual?		
Tem restrições no Banco Central?	(<input type="checkbox"/>) Sim	(<input type="checkbox"/>) Não

Produtos para RPPS (poderão ser lâminas dos produtos)	
Segmento Renda Fixa	
Nome do Produto	Enquadramento
Segmento Renda Variável	



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



<p>Descrever sucintamente a experiência como Gestor de produtos exclusivos para RPPS</p>	
<p>Descrever sucintamente a experiência como Administrador de produtos exclusivos para RPPS</p>	



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO
Instituto Municipal da Previdência Social
de Ladário - PREVLADÁRIO**



Descrever os serviços oferecidos ao PREVLADÁRIO em ações/eventos direcionados para Investimentos dentro e fora desta Instituição Financeira.

Volume de recursos sob a sua gestão	R\$
Volume de recursos sob a sua administração	R\$
Nome do servidor certificado Para atender o PREVLADÁRIO	
Telefones para contato:	

Observações:

- 01) O PREVLADÁRIO, Comitê de Investimentos e/ou a Consultoria, quando for o caso, farão uma análise rigorosa do regulamento e prospecto de cada produto que tenha interesse de fazer aplicação;
- 02) A Instituição Financeira tem obrigação de encaminhar prospectos de cada produto, contendo as seguintes informações: composição de carteira, PL e rentabilidade;
- 03) Outras informações adicionais que se façam necessárias deverão ser encaminhadas para análise do PREVLADÁRIO, Comitê de Investimentos e/ou da Consultoria;
- 04) Caso o produto seja novo, cabe a Instituição Financeira o encaminhamento de todas as informações necessárias na tomada de decisão;
- 05) A Instituição Financeira deverá encaminhar comprovante de regularidade fiscal (Federal, Estadual e Municipal, quando couber) e previdenciária;
- 06) Casos omissos remetem a Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011.